

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59

Ananindeua, 23/11/2016 – 10h: 30 - 12h15

Local: Parque Ecológico de Ananindeua “Antônio Danúbio”

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Juliana Rondon	Larissa Lago	IFPA
	Victoria Fontes	SEMA
		Parque ambiental Antônio Danúbio
		Museu Parque Seringal

Às 10h30min Juliana Rondon, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59, da empresa consultora, AECOM, e das outras empresas responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Juliana Rondon, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

Foi perguntado por um representante da secretaria de meio ambiente se a reunião tinha alguma relação com a empresa Petrobras e se ela é a responsável pelas operações na região norte. A representante da operadora esclareceu que a reunião estava sendo conduzida pela empresa BP que está no processo de licenciamento ambiental de uma atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59.

O representante da secretaria de meio ambiente perguntou se o município de Ananindeua entrou na Área de Influência da Total devido ao critério de resíduos e se seria a mesma situação para a atividade da BP. A representante da AECOM, Larissa Lago, afirmou que o município apenas entrou na Área de Influência da atividade da BP por esse critério de destinação dos resíduos. Ela ainda ressaltou que foram mapeadas algumas empresas tanto em Ananindeua quanto em Belém com licença para receberem os resíduos gerados durante a perfuração exploratória, porém, ressaltou-se que as empresas ainda não foram contratadas e a definição das empresas receptoras desses resíduos provavelmente acontecerá com a concessão da licença ambiental.

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco - FZA-M-59

A representante da AECOM, Larissa Lago, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

Foi perguntado pela professora da IFPA se além do resíduo comum se há algum resíduo perigoso e se a empresa contratada tratará o mesmo. Foi esclarecido todo o processo de geração, acompanhamento e destinação dos resíduos, sempre de acordo com as exigências do órgão. A mesma pessoa perguntou sobre os custos em relação à logística de transportar esses resíduos até a cidade de Belém, neste caso se seria mais viável encaminhar os resíduos para o Amapá. O porto utilizado para essa atividade é em Belém por este apresentar melhor estrutura em relação aos portos localizados no estado do Amapá. Os resíduos gerados durante a atividade de perfuração são transportados do navio-sonda por embarcações de apoio até o porto em Belém, onde são desembarcados e direcionados para as empresas licenciadas para o recebimento de cada tipo de resíduo. Foi esclarecido que as cidades de Belém e Ananindeua possuem melhor estrutura para receber esse material enquanto o estado do Amapá não possui empresas adequadas para receberem os resíduos além de que os mesmos são desembarcados pelo porto em Belém. A professora ainda comentou sobre o aterro do Aurá e falou sobre os riscos dos resíduos perigosos e sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e se a logística reversa foi prevista. A representante da AECOM comentou sobre a preparação da empresa para receber este resíduo e foi abordado o Projeto de Controle da Poluição que acompanha e monitora os resíduos desde a geração até o destino final sempre de forma adequada. Além disso, afirmou que o Projeto de Controle da Poluição segue as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Neste momento, foi aberto para esclarecimentos:

Novamente a professora da IFPA destacou a sua preocupação sobre os resíduos gerados durante a atividade e a sua destinação e a representante da AECOM reforçou que todas as medidas em relação aos resíduos gerados seguem diretrizes de normas estabelecidas pelo órgão ambiental assim como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Foi perguntado pelo representante da secretaria de meio ambiente sobre a audiência pública, como ocorreria e quando. Foi respondido que não há ainda uma data estabelecida para a realização da audiência pública, mas que deve ocorrer até meados de 2017.

A professora do IFPA agradeceu ao convite, ao aprendizado, convidou para a apresentação também ser realizada no IFPA para os alunos da instituição e deixou as portas abertas para a empresa. A representante da BP lembrou que a reunião integra o processo de licenciamento

Ata da Reunião Setorial

Atividade de Perfuração Marítima do Bloco- FZA-M-59

exigido pelo órgão regulador, mas solicitou que ela encaminhasse um e-mail sobre o assunto, que a empresa verificasse a viabilidade do pedido.

Não havendo mais questionamentos ou colocações, a representante da BP encerrou a reunião às 12h15min.